

1 **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
3 **ATA DA 29ª REUNIÃO**
4

5 **Local:** Mini auditório da SRH/MMA, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar
6 Brasília/DF.

7 **Data:** 03 de março de 2005.
8

9 **PARTICIPANTES:**

- 10
11 ■ Ministério da Ciência e Tecnologia: Sanderson Alberto Medeiros Leitão
12 (samleitao@mct.gov.br);
13 ■ Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br)
14 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina Xavier de Mendonça (cexmend@uol.com.br);
15 celina.mendonça@mma.gov.br);
16 ■ Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br)
17 ■ Ministério das Cidades: Heitor Collet de Araujo Lima (hcollet@idades.gov.br);
18 ■ Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
19 ■ Ministério da Defesa: Antônio Joaquim G. Moreira (ema11@brturbo.com);
20 ■ Ministério de Minas e Energia: Luciano Costa de Carvalho (luciano.carvalho@mme.gov.br);
21 ■ Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@transportes.gov.br);
22 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Francisco Osvaldo Alves Barbosa
23 (fosvaldo@agricultura.gov.br);
24 ■ Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio
25 Ramos Floriani Jr. (floriani@casan.com.br);
26 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina
27 (jvicente@tractebelenergia.com.br);
28 ■ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri César
29 Barbosa Pereira (mauri.pereira@terra.com.br);
30 ■ Organizações Não-Governamentais: Antônio C.P. Soler (solsoler@ig.com.br);
31 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Maria Salete Cobacchini
32 (msalete@portoweb.com.br);
33

34 **CONVIDADOS:**
35

- 36 ■ Rio Tinto Brasil: Elisa Romano (elisa.romano@rtb.riotinto.com.br);
37 ■ Instituto Ipanema: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br);
38 ■ Ministério de Minas e Energia: Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.dprm.gov.br);
39 ■ Ministério do Meio Ambiente: Valmir Gabriel Ortega (valmir.ortega@mma.gov.br);
40 ■ Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Maria Carolina Hazin
41 (maria-carolina.hazin@mma.gov.br);
42 ■ Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai-ANA/GEF/PNUMA/OEA: Humberto Gonçalves
43 (humbertogef@msmt.org.br);
44 ■ Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos: Maria do Carmo Zinato
45 (maria.zinato@mma.gov.br);
46 ■ Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos: Roberto Alves Monteiro
47 (roberto.monteiro@mma.gov.br);
48 ■ Ministério da Defesa: Dovanil Ferraz Camargo Jr. (dovanil@ig.com.br);
49

50 **RELATORA:**

51 Ana Maria Alves (ana-maria.alves@mma.gov.br);
52

A reunião se iniciou às 10h15, aberta pela presidente interina Sra. Celina Xavier de Mendonça. No **Item 2 – Aprovação da Ata: 28ª Reunião da CTGRHT, a ata foi aprovada com alterações e o registro de uma abstenção.** Passou-se ao **Item 3 – Eleição da Presidência da CTGRHT para o exercício de 2005.** A Sra. Celina Xavier de Mendonça indicou o representante do Ministério das Relações Exteriores-MRE, o Sr. Bernardo Paranhos Velloso para a presidência da Câmara. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr indagou o interesse de continuidade do MRE nessa função. O Sr. Bernardo Paranhos Velloso manifestou o interesse do Itamaraty no setor de recursos hídricos, tanto em decorrência de sua importância para o desenvolvimento sustentável do país, quanto pelo potencial de cooperação que nossos rios fronteiriços e tranfronteiriços representam. Acrescentou que em decorrência desse quadro, o Itamaraty mantinha um interesse institucional permanente nos trabalhos da CTGRHT. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira expressou o apoio dos consórcios à candidatura lançada, ressaltando a importância institucional do Ministério das Relações Exteriores ocupar a presidência da Câmara Técnica. O Sr. Sanderson Medeiros Leitão chamou a atenção para a questão da descontinuidade da representação do Ministério das Relações Exteriores no âmbito da CTGRHT como um fator prejudicial aos trabalhos dessa Câmara e solicitou que, ao longo desse ano, esse aspecto fosse observado por esse Ministério. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. declinou de indicar uma outra candidatura em apoio à candidatura do Sr. Bernardo Paranhos Velloso, em razão do interesse institucional exposto pelo órgão. O Sr. Bernardo Paranhos Velloso agradeceu as manifestações e enfatizou o interesse permanente do Itamaraty nessa temática, acrescentando que, havendo o apoio da Câmara Técnica estaria disponível para o exercício desse papel. O Sr. Bernardo Paranhos Velloso foi eleito por aclamação e passou a presidir a reunião. Ao dar continuidade aos trabalhos, o presidente inicialmente agradeceu e manifestou a importância que o Itamaraty atribui a esse colegiado e a honra pessoal em exercer a presidência dessa CT. Passou-se ao **Item 4 Informes Gerais**, no qual o presidente informou que o Acordo de Cooperação do rio Apa, bem como a proposta de realização de uma reunião entre as áreas técnicas brasileira e paraguaia, para o primeiro semestre desse ano, foi encaminhado ao governo paraguaio. Acrescentou que o lado paraguaio ainda não havia reagido à proposta, mas que havia expectativa de uma reação próxima em decorrência da proximidade de uma visita do sub-secretário geral para a América do Sul, embaixador Luís Felipe de Macedo Soares à Assunção, na qual o tema da cooperação ambiental e, em particular a questão do rio Apa estaria sobre a mesa. O presidente solicitou ao Sr. Mauri César Barbosa Pereira que expusesse os andamentos dos trabalhos no rio Apa. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira enfatizou, em seu relato, os contratempos no andamento do grupo de trabalho do rio Apa por conta da dificuldade de envolvimento dos municípios em período eleitoral; explicou que o Consórcio para o Desenvolvimento dos rios Miranda e Apa CIDEMA correspondia à Secretaria Executiva e a Administração da Hidrovia Paraná-Paraguai-AHIPAR respondia pela coordenação do referido GT. Relatou que os trabalhos até então desenvolvidos corresponderam à caracterização da área e que seria interessante ter um relato da coordenação do GT expondo os resultados dos trabalhos. Enfatizou que nas três reuniões não ocorreram muitos avanços, e que os esforços estavam sendo dirigidos para o levantamento de demandas locais da bacia. Acrescentou que essas demandas levantadas poderiam se desdobrar num Plano de Trabalho e futuramente constituir os subsídios de um Plano de Bacia. Enfatizou que, com a posse dos novos prefeitos, seria necessário algum tempo para a retomada do ritmo dos trabalhos. Informou a respeito do ofício encaminhado pela presidente interina da CTGRHT com o intuito de informar a respeito dos trabalhos do CNRH na região do rio Apa. Informou ainda que uma das ações recomendadas pelo Projeto GEF-Pantanal/Alto Paraguai foi a implementação de Áreas de Proteção Ambiental-APAs. Sendo que, do lado brasileiro está previsto para que essa unidade de conservação seja implantada ainda em março. Finalizou, ressaltando a importância do apoio da Câmara ao Grupo, principalmente exigindo resultados desse trabalho que tem sido desenvolvido. Após o agradecimento pelo relato, o presidente da Câmara Técnica abriu a palavra aos presentes. O Sr. Wilson de Azevedo Filho enfatizou a necessidade da CT se manifestar a respeito das atividades que estão sendo realizadas na região e perguntou ao Sr. Mauri César Barbosa Pereira se já existia alguma minuta do ofício da CTGRHT aos municípios. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira informou que uma sugestão já havia

105 sido encaminhada a Secretaria Executiva. A Sra. Celina Xavier de Mendonça informou que já havia
106 sido encaminhado aos prefeitos recém eleitos um ofício explicando as atividades da CTGRHT e o
107 papel exercido pelo CIDEMA, com a finalidade de enfatizar a importância dos consórcios bem
108 como de fortalecer a relação com os prefeitos

109 O Sr. Wilson de Azevedo Filho solicitou que fosse apresentado à CTGRHT uma cópia do Ofício
110 encaminhado. O Sr. José Vicente Miranda Regina pontuou a importância da CTGRHT não proceder
111 de forma específica e particularista nos casos em que trabalha e sugeriu o acompanhamento
112 sistemático das ações da CTGRHT por meio de um relatório anual de avaliação. Diante da
113 necessidade colocada pela discussão dos assuntos, os senhores Maria Salete Cobacchini e Antônio
114 C.P. Soler solicitaram o envio de documentações que lhes permitissem acompanhar as discussões
115 atuais. O presidente esclareceu da necessidade de aprovar um procedimento pelo qual a CTGRHT
116 se mantivesse informada dos casos em que houvesse levado moções ou resoluções à aprovação do
117 CNRH, destacando que isso não significaria um procedimento padrão, mas um olhar para as
118 necessidades de cada caso. O Sr. Jorge Thierry Calasans destacou a característica reativa dos
119 trabalhos da CTGRHT e expôs a necessidade que a CT tivesse uma postura mais pró-ativa na
120 elaboração de suas pautas. O presidente observou que essa é uma preocupação que já estava
121 refletida na pauta da própria reunião, no **Item 6 Plano de Trabalho**. O Sr. Sanderson Medeiros
122 Leitão relatou a sua experiência na elaboração do Plano de Trabalho da CTEM por meio de um
123 grupo de trabalho informal. O Sr. Heitor Collet de Araujo Lima manifestou preocupação em face da
124 falta de representação da fronteira Norte no âmbito da CTGRHT e sugeriu a inserção na pauta da
125 CT de assuntos ligados a essa fronteira. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira lembrou que existe na
126 CTGRHT uma expectativa de que a Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços do
127 Plano Nacional de Recursos Hídricos traga subsídios para os trabalhos da Câmara. Lembrou ainda
128 o caso do Consórcio da bacia do Acre como um ponto importante para a agenda de trabalho da
129 CTGRHT e acrescentou que, no que diz respeito a agenda com o Paraguai, seria importante o
130 envolvimento do Estado e de alguns municípios representando o conjunto de municípios da bacia
131 do Apa. A respeito do Ofício encaminhado aos prefeitos da bacia do rio Apa, O Sr. Cláudio Ramos
132 Floriani Jr. expôs que, no caso do envio de um documento como esse, seria necessário que a
133 CTGRHT aprovasse anteriormente o seu envio. A esse respeito, o presidente expôs sua
134 concordância em que fosse adotado como procedimento que os documentos enviados em nome da
135 Câmara Técnica somente seriam enviados mediante sua anuência prévia. O Sr. Francisco Osvaldo
136 Alves Barbosa pediu a palavra para solicitar atenção à questão da pesca em rios
137 fronteiriços/transfronteiriços quando da discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Passou-
138 se ao **Item 5 – Apresentação: Gestão Transfronteiriça de Áreas Úmidas-Maria Carolina Hazin-**
139 **Assessora Técnica/MMA e Valmir Ortega-Diretor de Programa/MMA**(anexo 1), que encerrou as
140 atividades da parte da manhã. A reunião se reiniciou com o **Item 6 – Planejamento de Trabalho**
141 **para o ano de 2005**. A abertura foi feita pelo Secretário de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra
142 que saudou os presentes e falou à CTGRHT a respeito das contribuições esperadas do trabalho
143 dessa Câmara. Remeteu a sua fala a fase de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos,
144 destacando a importância da discussão dos aspectos transfronteiriços, tendo em vista a característica
145 da distribuição dos recursos hídricos no país, bem como as fronteiras com os outros países da
146 América do Sul. Elencou as diretrizes para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços, a
147 organização do Comitê do Uruguai, do lado brasileiro e a gestão do Aquífero Guarani, como
148 questões importantes que dizem respeito ao trabalho dessa Câmara. Informou, também, que estava
149 em andamento um arranjo institucional e legal entre os países da América Latina para a gestão de
150 água. Ressaltou o caráter inédito desse trabalho e ponderou que essa característica aumentava em
151 muito a responsabilidade do Brasil na condução desse trabalho, que certamente geraria trabalho
152 futuro para a CTGRHT. Acrescentou que, outra questão fundamental que estava sendo trabalhada
153 conjuntamente com o Ministério das Relações Exteriores, na perspectiva da construção de uma
154 proposta para a América Latina como um todo, é a iniciativa para um pacto de desenvolvimento de
155 diretivas, um compromisso entre os países para avançar nas políticas públicas para a gestão de água.
156 Ressaltou que o Brasil é co-presidente da Rede Interamericana de Recursos Hídricos, cuja tarefa a

destacar têm sido a organização dos Diálogos Interamericanos, que esse ano ocorrerá na Jamaica, em Outubro. Acrescentou que a Secretaria de Recursos Hídricos tem trabalhado na perspectiva desse evento, num processo em que nosso continente vive e que abre as potencialidade para o Brasil de apresentar as experiências boas, os projetos e ações, ressaltando que o Brasil também estará sediando esse ano um evento do GEF a respeito de bacias tranfronteiriças. Concluiu caracterizando o momento atual como de protagonismo do Brasil, no qual muitos outros países observam o trabalho do país no cumprimento de uma das metas do Milênio, que é cada país ter seu Plano de Recursos Hídricos, cuja responsabilidade é compartilhada por todos. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. agradeceu a apresentação e parabenizou o governo, na figura do Secretário, pela relevância e coragem na condução da tarefa de construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O secretário retomou então a palavra e acrescentou, por fim, que tem sido um trabalho muito grande e difícil, mas partilhado, que trará um olhar da bacia como um todo, e que certamente contribuirá para pensar um processo de desenvolvimento para o país, por meio da articulação entre as variáveis desenvolvimento e potencialidade de água, se conformando numa possibilidade de alcançar sustentabilidade para o processo de desenvolvimento nacional. Concluiu sua fala abrindo espaço para a manifestação dos presentes. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira chamou a atenção para a necessidade constante de articulação entre a visão global e a ação local, com o intuito de não perder de vista o local onde as coisas acontecem, em que as pessoas vivem. O Sr. José Vicente Miranda Regina resgatou o papel do rio Uruguai na integração do cone sul e do importante papel do setor hidrelétrico nesse processo e explicitou a estranheza da ausência desse setor, com sua experiência acumulada, na composição das Comissões Executivas Regionais. O secretário esclareceu que, de acordo com o Planejamento do processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, há um espaço no qual essas contribuições serão resgatadas, acrescentou que será agendada uma reunião para incorporar a contribuição setorial e das CTs do CNRH. O presidente da CTGRHT agradeceu a participação do secretário, explicitou a importância dessa fala na sinalização dos trabalhos da CTGRHT e ressaltou o aspecto reconfortante em perceber que os debates já iniciados em torno do Plano de Trabalho da CTGRHT estão em sintonia com as prioridades elencadas pelo secretário.

A pauta seguiu com a reabertura dos debates em torno do Plano de Trabalho. O presidente perguntou se haveria alguma questão de caráter mais geral para iniciar os trabalhos. O Sr. Heitor Collet de Araújo Lima ressaltou a importância do grupo se questionar a respeito do objetivo final desse Plano de Trabalho, acrescentou que uma outra reflexão que deveria ser feita versa sobre a capacidade dos órgãos e dos representantes em contribuir com os trabalhos da CT e, por fim, não perder de vista as atribuições da CT. O presidente concordou e ressaltou a importância de que os debates se iniciem do ponto de vista mais conceitual, refletindo sobre a capacidade e a atuação da Câmara Técnica e que possam oferecer as linhas mestras de atuação para orientar a definição desse Plano de Trabalho. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. sugeriu deliberar por um grupo de trabalho que teria a missão de trabalhar a partir das discussões que seriam encerradas naquela tarde e retornar para a próxima reunião com uma minuta de Plano de Trabalho a ser debatido pelo grupo. A Sra. Celina Xavier de Mendonça ressaltou que uma das principais atribuições da Câmara seria propor uma resolução que complementasse a Lei nº 9.433 no tocante à gestão de águas compartilhadas, mas ponderou que uma resolução geral num país tão diverso de fronteiras igualmente diversas como são as que limitam o Brasil poderia ser inadequada nas suas respostas às questões bilaterais específicas e problemas locais. Acrescentou que à medida que a Câmara Técnica pensava e propunha, em especial nas reuniões em áreas fronteiriças, vinha ocorrendo um amadurecimento de idéias, e que, embora a meta última seja o encaminhamento ao Conselho de uma proposta de Resolução para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, seria premente o desenvolvimento de um repertório de experiências de gestão com os outros países, como já vêm ocorrendo com a bacia do rio Apa e a bacia da Lagoa Mirim, antes de chegar a essa resolução. Finalizou dizendo que uma parte da missão da CTGRHT seria levar a questão dos recursos hídricos para a fronteira e a questão da fronteira para a gestão de recursos hídricos e que nesse sentido, o Plano de Trabalho deveria contemplar a multiplicação dessas experiências para criar um repertório que nos permitisse ter mais

segurança para exercer a missão última da CTGRHT. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira informou que há algum tempo atrás, por volta da 12ª reunião, a CTGRHT havia feito um esforço semelhante no sentido de delinear as suas atribuições, e no que diz respeito a atribuição de propor diretrizes para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços houve um consenso que não era o momento adequado a fazê-lo. Resgatou que no final do ano passado entrou em pauta um proposta de Moção elaborada pela Agência Nacional de Águas-ANA com essa finalidade e que essa minuta não foi analisada em razão do calendário do Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH. Acrescentou que, como a CTGRHT estava elaborando uma Oficina com a finalidade de colher subsídios para a o tratamento da gestão de recursos hídricos transfronteiriços no PNRH, concluiu-se que seria adequado colher os resultados dessa Oficina antes de analisar e encaminhar ao CNRH uma proposta visando a normatização geral da gestão de recursos hídricos transfronteiriços. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. pediu um aparte para acrescentar que, além disso, seria importante recuperar que houve uma posição no sentido de valorizar a realização de seminários em regiões transfronteiriças para que o grupo sentisse como estava, na ponta, a gestão de recursos hídricos e, especialmente, para ouvir o que as localidades tinham a dizer. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira agradeceu a complementação e acrescentou que, nessa linha, já foi realizado um seminário com o Paraguai, um com a Bolívia e um com o Uruguai e que ainda estava em fase de organização um Seminário com a Argentina e que seria importante a Câmara Técnica discutir a realização de uma reunião na bacia amazônica. Chamou a atenção para o fato de que essa agenda não deveria retardar a discussão dessa resolução para a gestão de recursos hídricos transfronteiriços nem o Planejamento da CTGRHT como um todo, mas sim torná-lo mais efetivo. Acrescentou dois aspectos importantes que não poderiam ser negligenciados: a Oficina do PNRH e a noção de campo que têm sido trazida pela experiência dos Seminários. O Sr. Jorge Thierry Calasans colocou em discussão a questão da área de atuação da CTGRHT, tanto no que diz respeito a questão águas subterrâneas/águas superficiais quanto no que diz respeito a atuação na bacia como um todo ou no trecho fronteiro do rio. Quanto à primeira questão frisou a existência da Câmara Técnica para a Gestão de Águas Subterrâneas; e quanto à segunda questão informou que os Tratados bilaterais se referiam ao rio compartilhado e não apenas ao trecho fronteiro e prosseguiu apresentando a demanda da ANA por uma resolução que normatizasse a outorga nos trechos de rios compartilhados. Informou que a Agência recebeu, no final do ano passado, quatro pedidos de outorga para o rio Uruguai num trecho compartilhado com a Argentina, no qual existe um Tratado específico para esse trecho determinando que qualquer uso consuntivo só seria autorizado mediante a troca de notas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, ou seja, um pedido de outorga de um pequeno irrigante, com projeto aprovado pelo órgão estadual competente, deveria, dependendo da interpretação do tratado, tramitar pelo Ministério das Relações Exteriores dos dois países. A respeito do questionamento do Jorge Thierry Calazans quanto a atuação água subterrânea/superficial, na bacia ou trecho fronteiro do rio, o Sr. José Vicente Miranda Regina defendeu que, embora a área de atuação seja a bacia como um todo, houve uma decisão de, num primeiro momento, se restringir aos pontos de contato, ao trecho fronteiro, no qual pode-se observar a ocorrência dos maiores problemas. Ressaltou, também, que por conta da distância desses lugares, a estratégia dos seminários veio ao encontro da necessidade de trazer a problemática local para o âmbito da CTGRHT, não como um balcão que aceita todo o tipo de demanda, mas para alimentar o conhecimento de forma que se possa estabelecer uma estratégia de tratamento da gestão transfronteiriça. O Sr. Roberto Monteiro ponderou que extrapolar a abrangência de atuação da CTGRHT do trecho fronteiro para a bacia como um todo seria um fator preocupante, pois colocaria no âmbito das decisões compartilhadas regiões muito grandes do território nacional. O Sr. Jorge Thierry Calasans justificou que, na própria dominialidade do rio, ele é federal em sua extensão e não apenas no trecho fronteiro e os acordos internacionais tratam como o trecho compartilhado também o curso do rio e não apenas o trecho fronteiro e acrescentou recomendando que se observasse como as convenções tratam o assunto. Acrescentou, exemplificando que se for construída uma barragem num trecho do rio Uruguai que não é fronteiro, ele pode trazer impactos ao trecho compartilhado e isso deve ser levado em conta. O Sr. Bemardo Paranhos Velloso ponderou que, embora a abordagem da bacia como um todo

represente uma abordagem mais holística da gestão dos recursos hídricos, ela gera uma série de dificuldades do ponto de vista político e se opõe a posições históricas defendidas pelo Brasil nos fóruns internacionais e nas suas relações com os vizinhos e finalizou que no contexto de definição da atuação da CTGRHT haveria grande dificuldade em estabelecer qualquer diretriz de atuação que extrapolasse as áreas delimitadas como de gestão de recursos compartilhados. Tendo feito essa exposição inicial, o Sr. Bernardo Paranhos Velloso diagnosticou, a partir das intervenções, a necessidade de uma visão mais ampla, que pudesse levar em conta elementos que ainda não estão disponíveis pois dependem de eventos/momentos que ainda não aconteceram. Acrescentou que essa visão mais ampla teria que levar em conta o particular, porém tratando as questões particulares tendo em vista o subsídio à discussão de questões mais amplas. Ressaltou que, nesse sentido, o Plano de Trabalho deveria ser mais flexível, deixando em aberto uma série de questões que devem ser analisadas à luz de momentos importantes como a Oficina do PNRH. Ponderou, que, por outro lado, se não houver nenhum princípio organizador do trabalho da CTGRHT que possa ir até esse momento e além dele, tratando questões que podem ser organizadas mesmo na ausência dos outros subsídios que estarão mais adiante ao nosso dispor, pode-se cair na tendência de atuação reativa, como foi colocado durante as intervenções. Propôs como encaminhamento a curto prazo, que fossem traçadas algumas linhas de atuação que pudessem eventualmente se coadunar com essa visão mais ampla que vai se construir num processo dinâmico. O Sr. Sanderson Leitão de Medeiros informou que, no âmbito da CTEM, da qual é presidente, foi criado um grupo eletrônico de discussão reservado aos membros da CT. Acrescentou que foi criado um GT informal, com quatro pessoas, para discutir um Plano de Trabalho, também dinâmico e flexível como o que vem sendo pensado por essa Câmara. O Sr. Alberto Palombo chamou a atenção para a importância da CT criar um espaço para conhecimento e análise de casos de gestão transfronteiriça de outros locais com a finalidade de agregar a nossa prática lições aprendidas em gestão transfronteiriça. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. reforçou que o âmbito de atuação da CTGRHT no trecho fronteiro foi uma deliberação e que todas as demandas que apareceram na CT foram acolhidas com a visão de que elas poderiam subsidiar o amadurecimento de uma posição da Câmara em relação a gestão dos rios transfronteiriços nos trechos fronteiros e finalizou expondo a dificuldade de mobilização na fronteira, exemplificando com o caso de Santa Catarina em relação ao Pepiriguaçu. Relembrou que o Estado é o maior produtor de suínos do Brasil, com grande produção de aves e agricultura extensiva e que a região apresentava, atualmente, um quadro grave de estiagem. Acrescentou que, nesse caso, o que se observava é que o lado brasileiro do rio estava degradado e o lado argentino se encontrava preservado, justificando porque a CTGRHT havia sido o único fórum interessado em debater o assunto e explicando também a dificuldade em se tratar institucionalmente o assunto. Frisou que, no Estado, nem na Secretaria de Meio Ambiente, na diretoria de recursos hídricos, esse assunto era cogitado. Reforçou a necessidade de um mapeamento cartográfico dos rios transfronteiriços e dos conflitos existentes e potenciais para que a Câmara pudesse estabelecer uma escala de prioridades e não ficasse tão dependente das demandas trazidas a ela. O Presidente chamou a atenção para a importância da CTGRHT definir a sua atuação a curto, médio e longo prazo. Considerou um bom encaminhamento a proposta de um grupo de trabalho com um mandato temporal mais longo ou um mandato específico que debatesse essas questões mais amplas, mas que caressem de subsídios, como o caso do mapeamento. Acrescentou que em havendo possibilidade da ANA realizar esse trabalho, é necessário que também haja um planejamento para isso no sentido de conhecermos o tempo em que isso poderá ser feito para dar continuidade às nossas ações. O Sr. Jorge Thierry Calasans informou que a ANA tem o levantamento de todos os rios. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira explicou que a Agência já tem os rios identificados, mas que seria necessário um mapa com a delimitação das bacias, com os municípios identificados, a população, etc. O Sr. José Vicente Miranda Regina indicou como possibilidade para essas informações colhidas para o Plano de Trabalho que elas originassem uma publicação que pudesse subsidiar os trabalhos da CTGRHT e inclusive ser utilizado pelo PNRH. A Sra. Maria do Carmo Zinato informou de reunião que foi realizada com um representante do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, Valdir Steink, que está concluindo um trabalho em conjunto com o Uruguai, de mapeamento de uma área

da bacia da Lagoa Mirim e que se interessaria em apresentar esse trabalho na CTGRHT e sugeriu a realização de um evento que reúna as experiências e metodologias de mapeamento em área de fronteira. A Sra. Celina Xavier de Mendonça chamou a atenção para o fato de que muitas idéias já haviam sido colocadas sobre a mesa e seria interessante dar o encaminhamento ao GT Plano de Trabalho. Considerou importante antes desse encaminhamento considerar se o Seminário do Peperiguaçu se manteria ou não na Agenda. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. pontuou que existem divergências em relação a forma de organizar esse Seminário. Defendeu que, por uma questão estratégica, considerava necessário que se mantivessem seminários separados para o Peperiguaçu e Santo Antônio. Informou que já vinham sendo feitas articulações em várias frentes no Estado e apresentou um indicativo do mês de julho para a realização do referido Seminário. O Sr. Mauri César Barbosa Pereira explicou que a reunião conjunta é uma questão de oportunidade a ser estudada mais detalhadamente. Acrescentou que Pepiriguaçu e Santo Antônio são duas bacias contíguas e fronteiriças e que também são bacias que compõem o CODESUL. Enfatizou que, além' do Plano de Trabalho, que abarcaria novos temas, também seria fundamental que fosse elaborado um cronograma de atividades para as ações que já estão pautadas pela CT e precisariam de continuidade. O presidente considerou importante levantar alguns desses pontos que precisariam de continuidade: destacou a contribuição ao PNRH, a questão do rio Apa e o Seminário do Pepiriguaçu como exemplos desses trabalhos. Colocou em discussão o Ofício da CTPNRH a respeito da formação da comissão mista de articulação para produzir sugestões e contribuições para o estudo de geopolítica internacional e recursos hídricos, caracterizando esse como mais um momento de reflexão conceitual que vai aportar subsídios importantes a respeito do escopo de atuação da CT e linhas mestras de trabalho. Foram indicados para essa Comissão Mista os senhores André Misi, Celina Xavier de Mendonça e Antônio C.P. Soler -_O Sr. Jorge Thierry Calasans recolocou a questão da outorga para rios compartilhados como uma questão importante para a ANA. O presidente ponderou que seria importante que a ANA juntamente com o Itamaraty iniciassem esse debate, para que o colegiado não gastesse energia de deliberação trilhando um caminho que talvez se mostrasse infrutífero. A Sra. Viviane Pinneli frisou a importância da questão da outorga no PNRH e colocou a importância da aproximação entre a CTGRHT e a Câmara Técnica de Outorga no encaminhamento dessa discussão. O presidente sugeriu que a discussão acumulada durante a reunião fosse remetida para um grupo de trabalho que ficaria incumbido de um Plano de Ação, que fosse dinâmico e que pudesse contemplar futuramente o aporte de informações que será trazido pelas atividades futuras da CT. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. propôs que o GT fosse formado pelas Concessionárias, Ministério das Relações Exteriores, Agência Nacional de Águas, Secretaria de Recursos Hídricos, Secretaria Executiva do CNRH e Ministério das Cidades, sob a coordenação desse último. A proposta foi aprovada, ressaltando-se a necessidade de se criar um cronograma no qual o GT apresentasse intermediariamente suas propostas e fosse realimentado pelas contribuições dos outros membros antes da apresentação final. Com base nessas premissas estabeleceu-se um calendário no qual o limite de envio de sugestões para a Secretaria Executiva seria 11/03, uma reunião do GT poderia ocorrer no dia 14/03, destacando-se que a frequência e forma de trabalho ficariam a critério do grupo, mas sugeriu-se que em 01 de abril o grupo apresentasse a primeira versão e que se estabelecesse o dia 08 de abril como o prazo final para o envio de novas contribuições. Por fim, foi feito um indicativo para que a próxima reunião se realizasse em torno do dia 26 ou 27/04.

Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada, às 16h30, seguindo a ata assinada pelo presidente , Sr. Bernardo Paranhos Velloso e pela relatora, Sra. Ana Maria Alves.

Ata aprovada na 30ª reunião, realizada em 30 de junho de 2005.

Bernardo Paranhos Velloso
Presidente da CTGRHT

ATA DA 29ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS GESTÃO DE RECURSOS
HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

365
366
367
368
369
370
371

Ana Maria Alves
Relatora da CTGRHT